

O negro no orçamento

A população deve se apoderar desse instrumento do ramo do direito financeiro que há tanto tempo vem servindo aos opressores
Wilson Prudente, procurador do Trabalho

O orçamento é um importante instrumento de política pública; deve ser claro, objetivo e voltado para o interesse de toda a população. Nos debruçamos sobre as informações orçamentárias do Brasil para verificar como a população negra vem sendo representada nas políticas públicas durante o tempo e sobre as peças orçamentárias da cidade do Rio de Janeiro para analisar a situação de direitos atual dos cariocas.

Breve histórico do Orçamento Negro na União

Criada em 1988 a Fundação Palmares prevê a valorização e a difusão de manifestações culturais afro-brasileiras e contém as primeiras rubricas específicas em benefício da população afro-descendente e às ações de equidade racial.

As ações específicas se ampliaram durante a década de 90 e em 1995 é possível identificar a presença destas em 14 ministérios ou secretarias¹. No entanto, em sua maioria, as linhas de ações foram descontínuas. Em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) que desde então acompanha e coordena as políticas dos diferentes ministérios e órgãos para a promoção da igualdade racial. No período de 2005 a 2008 nota-se uma continuidade das dotações.

Programas e Projetos – Brasil

No ano de 2004 é lançado em âmbito nacional o Programa Brasil Quilombola que concentra a maior parte dos recursos para as comunidades quilombolas tradicionais e suas atividades estão voltadas para a regularização e titularização dos territórios, etapa importante para afirmar os direitos de posse, e para, além disso, os direitos de cidadania das comunidades negras.

A União demonstra as ações voltadas para as comunidades remanescentes de quilombos e população negra em geral através dos programas: Brasil Quilombola, Gestão da Política de Desenvolvimento Rural, Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial, Cultura Afro-brasileira e Comunidades Tradicionais.

É preocupante a execução do Programa Brasil Quilombola, que vem se mostrando baixa no período inteiro de 2005 a 2008 (em média 31%). Em 2008 foi liquidado apenas 23% (R\$12,4 milhões²) do orçamento autorizado. Neste mesmo ano o governo federal não titulou nenhuma terra. No ano de 2007, foram apenas dois os títulos entregues.

Dentre os novos projetos federais a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, lançado em 2009, aponta uma atuação importante para garantir não só a atenção às doenças características dessa população, mas a equidade no atendimento público institucional. Até mesmo as políticas universais merecem ser revistas já que, por mais que se negue, atitudes preconceituosas e racistas marcam o dia a dia da nossa sociedade e a prática de suas instituições.

Rio de Janeiro

¹ Sobre esses e demais dados e informações sobre o orçamento da união aqui expostos, ver **Relatório Anual de Desigualdades Raciais no Brasil; 2007-2008**. M. Paixão e Luiz M. Carvano (orgs.).

² Todos os valores aqui apresentados estão deflacionados pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do mês de setembro de 2009.

O Rio de Janeiro é a segunda maior cidade negra do país em números absolutos. A tabela 1 mostra dados sobre a dimensão e condição da população negra na cidade.

Tabela 1

	População	Taxa de Analfabetismo	Rendimento médio do Trabalho	População das favelas
Negros	40,5%	6,0%	R\$650,39	64%
Branços	59,5%	2,8%	R\$1522,33	36%

Fonte: Censo 2000/IBGE. Obs.: Negros são aqueles que se identificam como pretos ou pardos.

A seleção dos programas e produtos que afetam a população negra foi separada em dois conjuntos de ações: o específico, que inclui programas diretamente relacionados ao benefício dos negros, e o não específico, que abriga produtos que indiretamente proporcionam esse benefício. A dificuldade desta seleção está justamente no crivo daqueles não específicos, uma vez que todas as ações que beneficiam a sociedade como um todo acabam por atingir a população negra.

Para driblar essa barreira, nossa pesquisa foi embasada em exames de Marcelo Paixão³, que tem estudos focados na questão racial no Brasil. O autor faz a relação factual entre as desigualdades racial e social no país. Nas suas palavras (2008):

“Os *desníveis sociais* existentes em nosso país *se combinam* com a própria *composição de cor ou raça* do País no seu conjunto, fato facilmente constatável nas ruas e demais espaços sociais e tão bem retratados pelos indicadores demográficos disponíveis.”

De acordo com essa relação, que é formalizada pelos dados apresentados (tabela 1), e a hipótese de discriminação espacial sugerida em estudo da IUPERJ⁴ – que relaciona a segregação do espaço urbano com a própria reprodução dos padrões de desigualdade e a dos termos de bem-estar – fizemos a seleção de programas não específicos.

Assim, nossa triagem de ações não específicas teve como foco a questão habitacional no orçamento, uma vez que o problema espacial é indisfarçável na cidade do Rio de Janeiro, vide o tamanho e composição das inúmeras favelas cariocas. Foram selecionadas para compor esse grupo sete ações que focam basicamente na urbanização, iluminação e limpeza de favelas e/ou demais áreas de baixa renda, destacando-se dentre essas o PAC habitacional. Considerada a delimitação dessas ações, podemos afirmar que o valor autorizado até então (21/10/09) a ser gasto com programas habitacionais de impacto indireto à população negra monta a mais de R\$315 milhões, tendo sido efetivamente executado até a mesma data 34% desse valor (R\$106 milhões).

Para compor o grupo de ações específicas, foram selecionados no orçamento de 2009 quatro programas que têm como objetivo direto o benefício da população negra em diferentes áreas de ação. Estes são:

- “Atividades do Departamento Geral de Ação Cultural”

³ Marcelo Paixão – formado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutor em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Atualmente, é professor adjunto do Instituto de economia da UFRJ. Sua última linha de pesquisa é acerca das Tendências da evolução das desigualdades sócio-raciais no Brasil.

⁴ Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Coleção Estudos Cariocas – PERO, Valéria; CARDOSO, Adalberto; ELIAS, Peter. Discriminação no mercado de trabalho: o caso dos moradores de favelas cariocas, N°. 20050301, Março – 2005.

Produto: “Atividades do Centro Cultural José Bonifácio”, instituição que visa preservar, promover e divulgar a cultura afro-brasileira.

Meta física: cinco atividades culturais (metade do que foi previsto para 2008)

Execução: 14% dos R\$280.195 autorizados (Out/09)

O programa continua constando no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), de 2010, mas não há especificação do produto.

- “Produção e co-produção e veiculação de produtos de mídia voltados para educação”

Produto: “Projeto História e Cultura Afro-brasileira e Africana”

Execução: R\$3,2 milhões (39% do valor autorizado - Out/09), o que não retrata fielmente a atenção ao negro uma vez que tal programa tem outros cinco produtos voltados para educação em outras áreas.

ATENÇÃO: Contrariando os esforços de implantar nas escolas ações voltadas para educação sobre a história do negro no Brasil, esse programa não está previsto na PLOA para 2010.

- “Ações para promoção e Comunicação em Saúde”

Produtos: “Ação de Equidade em Saúde da População Negra” e Produção de material informativo sobre a anemia falciforme (doença que atinge majoritariamente os negros).

Execução: R\$35 mil (10% do valor autorizado - Out/09)

Somente em 2009 os produtos foram especificados. Entretanto, a Assessoria de Promoção de Saúde relatou desenvolver desde 2006 ações relativas à saúde da população negra dentro deste mesmo programa.

- “Atividades do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Negros – COMDEDINE”.

Devemos ressaltar o progressivo aumento do valor liquidado dessa ação (vide Tabela 2).

Temos no atual exercício a maior dotação inicial do período, reflexo da maior interação do referido conselho junto ao legislativo - R\$180 mil desta dotação foram concedidos através de emendas.

Tabela 2

	Em R\$			
	Dotação Inicial	Autorizado Final	Empenho	Liquidação
2009	192.214	37.977	27.861	27.861
2008	73.935	17.640	9.721	9.721
2007	26.431	8.818	8.773	8.773
2006	46.273	20.939	4.373	4.373

Quatro foram as emendas de subvenção social identificadas: Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos, Centro de Estudos e Cooperação Brasil/Continente Africano e Grêmio Recreativo Escola de Samba “Difícil é o nome”. Dos R\$180 milhões orçados, absolutamente nenhum real foi gasto.

Como vemos para o caso do orçamento do Rio de Janeiro e do Brasil, mais que orçar é necessário executar as políticas pensadas para a promoção da igualdade racial e garantir a continuidade dessas conquistas.

Conquista relevante: Estatuto da Igualdade Racial

Proposto no ano de 2000, o Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado em setembro deste ano pela Câmara dos Deputados. A longa espera, no entanto, ainda não se encerra já que o projeto deve passar pela aprovação final, e agora definitiva, do Senado. Apesar de ter sido lançado originariamente como um projeto atendente às reivindicações históricas do movimento negro, em longo trâmite pela Câmara e Congresso, o Estatuto teria sido recortado de forma com que hoje nem todos os direitos reivindicados estão garantidos. Dois importantes pontos foram suprimidos: a questão da regularização fundiária (que certamente não toca aos interesses da bancada ruralista) e as cotas para negros na mídia televisiva. Apesar dessas perdas a aprovação do Estatuto faria valer aquelas políticas de saúde e educação – entre outras – que foram destacadas no orçamento da união e do município do Rio e que tanto são legítimas como medida de reparação, afirmação e uma nova visão a respeito das diversidades.

BOX

Coordenação: Cons. Ruth Espínola Soriano de Mello, Cons. Luiz Mario Behnken e Econ. Bruno Lopes.

Assistentes do FPO-RJ/Corecon-RJ: Estudantes de Economia: Camila Callegario, Izabel Barbosa Lima e João Paulo de Oliveira

Consultor: Thiago Marques – assessor do vereador Paulo Pinheiro (PPS)

Correio eletrônico: fporiodejaneiro@gmail.com

- O FPO promove reuniões mensais para apresentação de seus estudos, no auditório do Corecon-RJ. O assunto e a data podem ser confirmados em nosso portal:

<http://www.coreconrj.org.br/fporj.asp>